

Sarney lidera os radicais

Na última sexta-feira, o dólar no câmbio paralelo saltou para 125 cruzeiros, as Bolsas de Valores de São Paulo e do Rio de Janeiro despencaram 5% e 3%, respectivamente, e o país foi tomado, de uma ponta à outra, pelo boato de um golpe de Estado ou de um novo congelamento. Naquele dia, enquanto a Constituinte prosseguia aprovando através de acordos os artigos da nova Constituição, o presidente da República, uma vez mais, ocupou uma cadeira de emissoras de rádio para atacar os políticos e denunciar uma conspiração contra seu governo.

Quem foi culpado pelas incertezas que alteraram na sexta-feira o metabolismo da economia e que assustaram a sociedade com o risco de um retrocesso político? Foi culpada a "minoría radical" da Constituinte que Sarney acusa de querer derrubá-lo e de agir para subverter a ordem? Ou o culpado foi o presidente, obcecado pela idéia de arrancar, a qualquer preço, o mandato de cinco anos, e que para isso parece disposto a apelar até para o uso das baionetas como, ultimamente, tem admitido? Ao deputado Ulysses Guimarães, ele até já chegou a falar em "derramamento de sangue".

A minoria radical e barulhenta da Constituinte está contida pela grande maioria comandada por moderados de todos os matizes. Basta freqüentar o prédio do Congresso, a menos de 200 metros do Palácio do Planalto, para constatar isso. Os atentos organismos de segurança do regime não registram ações importantes de minorias radicais infiltradas no corpo social. Críticas ao governo, a qualquer governo, existirão sempre, umas mais, outras menos virulentas, algumas justas, outras não. A lei estabelece os limites do permitido e socorre as vítimas dos excessos.

Em qualquer país democrático, o papel de uma imprensa que se pretenda séria e respeitável sempre será o da apuração, sem piedade, dos erros e da exorbitância dos governantes e dos que exercem o poder em todos os níveis. É melhor que ela erre por exagero no desempenho de sua missão do que peque por covardia, tibieza e acumplicimento com os que deveria fiscalizar. Na verdade, se existe hoje no país uma minoria radical que conspira para desestabilizar o regime, seu núcleo está incrustado no governo, e quem a lidera é o próprio presidente da República.

O discurso elaborado por Sarney, recentemente, é o discurso dos presidentes do ciclo autoritário de 64, aos quais ele serviu com discrição mas com eficiência, sem remorsos. Os gestos de Sarney, há mais tempo, incorporaram a prática do autoritarismo que deformou o fegoso deputado da "bossa nova" da UDN e o moderno governante que abriu as fronteiras do seu Estado ao desenvolvimento. O Sarney que acena com o golpe militar para assustar a Constituinte e exorcizar a escolha do seu sucessor em novembro lembra o general Figueiredo que cercou o Congresso para derrotar as "díretas já".

Figueiredo descendia de uma linhagem de generais alçados ao poder pela força das armas e de uma legislação de exceção. Ao seu modo desajeitado, estabonado e que deixou más lembranças, ameaçou prender e arrebentar quem o impedisse de contribuir para a normalização do processo democrático. É justo que se reconheça que resistiu à tentação de ter seu mandato prorrogado para entregar o governo, no dia marcado, ao seu substituto, como, de fato, o fez. Sarney herdou os compromissos de Tancredo Neves de completar a transição política. Cumpriu-os até certo momento.

Começou a traí-los quando decidiu governar por cinco anos. De algumas semanas para cá, a atuação de Sarney tornou-se um grave risco para o desfecho bem-sucedido da transição. A desmoralização, preferirá "sair atirando" montado em um tanque. Aconselhou a alguns políticos a criarem um impasse dentro da Constituinte sob o vago pretexto de assim propiciar-lhe tempo para tentar restaurar o sonho dos cinco anos.

No início da semana passada, em telefonemas disparados para os senadores Albano Franco (PMDB-SE) e Jorge Bornhausen (PFL-SC), tentou torpedear e, mais tarde, criticou o acordo em torno do artigo que protege o emprego contra a demissão imotivada. Ao jornalista Carlos Chagas, garantiu na manhã de sexta-feira que não recorrerá ao Supremo Tribunal Federal em defesa do seu mandato. A tarde, ao deputado Roberto Cardoso Alves, disse textualmente: "Em defesa das minhas prerrogativas, da dignidade do meu governo e dos meus direitos, irei às últimas conseqüências."

Como já garantiu, mais de uma vez, que não renunciará, não se suicidará e não será deposto, o que significa ir "às últimas conseqüências"? Significa apelar para os Urutus do ministro do Exército, que insiste em sua determinação de não se afastar da "calha institucional"? Sarney opera uma desastrada, desesperada e irresponsável manobra de intimidação da Constituinte à falta de qualquer outro recurso para obter os cinco anos. Não irá à Justiça por seu mandato. Se for, não terá êxito. Se tiver, prevalecerá o que a Constituinte decidir.

A crise institucional que tenta criar é falsa. Servirá à agilização do processo constituinte. De quebra, acrescentará mais uma nódoa à biografia do presidente que foi sem nunca ter sido. Como a viúva.

Ricardo Noblat